

LIVROS E REVISTAS

1. ANÁLISE

Handbuch des Weltkommunismus, herausgegeben von Joseph M. Bochenski und Gerhart Niemeyer. Verlag Karl Alber. Freiburg i.B. München, 1958. IX — 762 págs.

Estamos diante de uma obra cujo valor excepcional se impõe à primeira vista. Por paradoxal que pareça, nada mais difícil hoje do que conseguir uma informação objetiva sobre um fenômeno de tão enormes proporções e de tão decisiva importância para o nosso tempo como o fenômeno do comunismo internacional. Deparamos a respeito com imensa literatura, mas uma primeira tentativa nos mostrará logo quão difícil seja orientar-se com segurança através de uma produção bibliográfica em que ciência e propaganda (a favor e contra...) se cruzam sem cessar. A preocupação fundamental dos organizadores e colaboradores da obra que estamos apresentando foi, precisamente, manter uma linha constante de rigor científico, de sorte que nenhuma conclusão fôsse formulada que não derivasse com necessidade lógica das premissas explicitamente assentadas pelos fundadores e dirigentes do comu-

nismo internacional. Se estas conclusões encerram, afinal, uma condenação severa e inapelável da teoria e da prática comunistas, o leitor fica irresistivelmente convencido de que tal condenação não obedece a preconceitos iniciais ou a opções de sentimento. Ela se apresenta com a fria serenidade de um irretorquível resultado lógico. Destaca-se, aliás, nítida na estrutura da obra a marca do espírito do seu principal organizador, o dominicano J. M. BOCHENSKI, professor na Universidade de Friburgo (Suíça), eminente e bem conhecido especialista da Lógica moderna. O coorganizador G. NIEMEYER (Universidade de Notre Dame, Indiana) é, por sua vez, dos mais competentes especialistas ocidentais em questões soviéticas.

A finalidade da obra é perfeitamente definida: uma exposição sintética do Comunismo, acessível a qualquer pessoa culta, apoiada nas fontes e literatura original, mas levando em conta as numerosas publicações delas derivadas, e que revele com rigor crítico a fisionomia autêntica do mesmo Comunismo nos quarenta anos que já

conta de dominação política, o que ele hoje é, e o que necessariamente deve ser em força dos seus princípios fundamentais (pág. V).

O número relativamente elevado de colaboradores (15) poderia constituir sério obstáculo à unidade de concepção da obra. Ademais, êstes estudiosos procedem de horizontes ideológicos diversos e até opostos. Entretanto, foi a sua reconhecida competência de especialistas que os indicou para tratar os diversos aspectos do fenômeno comunista. Sendo cada qual responsável por sua parte, o único traço comum que os une é a deliberada intenção de honestidade e rigor (pág. V). Esta basta para dar ao livro uma poderosa unidade lógica.

Um dado novo, inesperado e extremamente importante, surgiu quando a redação dos capítulos já ia avançada: o processo de "desestalinização" do comunismo internacional, iniciado com o discurso de KRUTSCHEV ao XX Congresso do P. C. da URSS, em fevereiro de 1956. Ora, se o comunismo estalinista (que os autores do nosso livro tinham então em vista) representa um afastamento do autêntico leninismo que os novos dirigentes soviéticos se empenham agora em restaurar, não seria a obra marcada desde o seu aparecimento com uma tara de anacronismo? BOCHENSKI e NIEMEYER discutem cuidadosamente êste problema no Prefácio (págs. VI-IX). É a sua conclusão, apoiada de modo impressionante pelas lições da tragédia húngara, reafirma por um lado a continuidade essencial entre leninismo e estalinismo, e reivindica, por outro, a atualidade da obra que é apresentada ao lei-

tor, com a constatação, na era krutscheviana, dos mesmos princípios fundamentais que definem o comunismo de LENINE e STALINE. O Prefácio pode então terminar (págs. VIII-IX) colocando em termos precisos o problema de uma possível transformação histórica do Comunismo no sentido de um "humanismo socialista". Nada indica que tal transformação esteja em curso no seio do comunismo russo. Por outro lado, ela apresenta-se incompatível com seus princípios fundamentais, até agora intactos. Logo, uma transformação do comunismo só será real quando êstes princípios forem devidamente criticados. Daí a importância decisiva de uma informação objetiva e crítica sobre o comunismo tal como de fato existe, para uma firme tomada de posição diante das suas metamorfoses táticas. Enquanto a obra de BOCHENSKI e NIEMEYER oferece tal informação sua atualidade permanece flagrante, mesmo e sobretudo quando o comunismo internacional parece passar da rigidez estaliniana para a extraordinária flexibilidade aparente do estilo krutcheviano.

Vamos apresentar os capítulos fundamentais da obra e enumerar simplesmente o tema dos outros.

O capítulo inicial (págs. 5-16), redigido por J. M. BOCHENSKI, trata da "estrutura formal" do comunismo. O autor descreve primeiro a complexidade real, empiricamente constatável, do fenômeno, antes de fixar as articulações fundamentais da sua estrutura. Esta complexidade extraordinária revela-se no plano teórico (com uma filosofia geral, uma escatologia e uma doutrina da ação), no

plano da *organização* (o Partido, o poder, as organizações partidárias) e no plano da *ação efetiva* (com a variedade das táticas). Uma tal complexidade *de fato* encontra a sua origem, a um tempo, numa complexidade *sistemática* (que envolve contradições de base como, por exemplo, no plano teórico a contradição frontal entre hegelianismo e materialismo) e numa complexidade *histórica* (comunismo como experiência russa, chinesa, etc...).

Ora, não obstante tal complexidade, o comunismo se define por uma poderosa unidade de estrutura que encontra seu fundamento no princípio marxista da unidade dialética da Teoria e da Ação.¹ De um lado, a ação se orienta nas linhas traçadas pela teoria e que exprimem o processo histórico como marcha necessária para um termo escatológico único, a sociedade comunista. Doutro lado, a teoria encontra na ação sua irrefutável prova e a ação reveste-se da necessidade absoluta de um *dever-ser*. Esta unidade dialética impõe à organização e à atividade do Comunismo uma rígida unidade de estrutura, dentro do condicionamento recíproco da doutrina e do fato: unidade *doutrinal* (o marxismo como única verdade), unidade *moral* (justificação dos meios pela necessidade do Fim, a instauração da sociedade comunista),

¹ Note-se que "unidade de estrutura" (questão de fato, ou de existência) é perfeitamente compatível com "contradições lógicas" (questão de direito ou de essência). Mas a contradição lógica nos princípios fundamentais torna a estrutura definitivamente ambígua e incapaz de justificação crítica. É, exatamente, o caso do comunismo.

unidade *executiva* (autoridade única do Partido e seus Chefes para a realização da verdade comunista).

Que fatores poderiam minar esta unidade estrutural? O fator tempo, sem dúvida, e a dispersão geográfica dos Estados comunistas. É contra esta ameaça à unidade que o Comunismo internacional reage enérgicamente, fazendo do leninismo um dogma imutável e aceitando o influxo diretivo e as palavras de ordem do P. C. da URSS.

A partir da sua *unidade objetiva* de estrutura, o Comunismo suscita nos seus adeptos uma *atitude pessoal* cujas componentes fundamentais são: a) uma *fé dogmática* na verdade de que o Partido é detentor, na inerrância do Partido, nos fins que o Partido se propõe; b) um *sentimento potente* que sacraliza aos olhos do comunista sua ação no Partido e pelo Partido.

A descrição da estrutura formal do Comunismo, que o impõe aos nossos olhos como um todo indivisível, permite-nos declarar simplesmente inadequadas e errôneas as conceituações do fenômeno comunista que o visam sob aspectos parciais ou que pretendem estabelecer uma discriminação entre seus aspectos essenciais (que julgamos talvez aceitáveis) e acidentais.² E permite-nos, doutra parte, defi-

² Inútil salientar a enorme importância (teórica e prática) desta conclusão, diante das ilusões repetidas dos que julgam possível conceder ao comunismo sua parte, numa doutrina ou numa ação comum. Adverta-se que tal conclusão não implica uma negação de verdades acaso contidas no comunismo. Significa simplesmente que, para salvar estas verdades, é preciso, antes de tudo, salvá-las do comunismo mesmo.

nir formalmente o Comunismo como um *monismo* de direito (uma doutrina, um fim, um Partido) e um *totalitarismo* de fato (o Partido como encarnação do Absoluto).

Daqui vemos também que o concreto dinamismo histórico que o Comunismo põe em movimento mostra-se profundamente ambíguo (cf. págs. 14-16). Ele lança ao homem falsos apelos, que tentam fazer coincidir os fins do Partido com as aspirações de uma classe ou de uma nação. Mas, estes falsos apelos encontram eco em algumas das exigências fundamentais do homem: a exigência de uma certeza última, de um melhoramento das condições da vida humana, da transformação de uma ordem social injusta, da conquista prometeana da natureza pela ciência e pela técnica. E para quantos o Comunismo não se apresenta como o caminho para a realização de uma generosa vocação ao heroísmo e ao dom de si?

Assim, os princípios contraditórios de base, ao se articularem numa rígida estrutura formal que se situa como um bloco maciço na linha de reais e autênticas exigências humanas, fazem do comunismo um movimento histórico a um tempo extraordinariamente poderoso e irremediavelmente falso. Tal a conclusão que resulta do importante capítulo inicial de BOCHENSKI e que será demonstrada exaustivamente em todos os seus aspectos pelos capítulos seguintes.

O Cap. II (págs. 17-70) estuda os princípios teóricos do Comunismo, ou seja, os princípios teóricos do marxismo-leninismo, que é objeto, por parte dos diversos Par-

tidos Comunistas, de um imenso esforço de propaganda (cf. págs. 22-23).

J. M. BOCHENSKI trata da filosofia. Esta é, essencialmente, a de LENINE, comentada, aliás, de modo superficial, por STALINE. Nos §§ 1-15 (págs. 24-51) B. estuda as fontes, a história e as características da filosofia leninista. MARX e ENGELS são as fontes originárias e precípua. Mas, é preciso não esquecer os anarquistas russos, os populistas e sobretudo G. V. PLEKHANOV, por quem LENINE foi iniciado no marxismo. A história da filosofia leninista é marcada inicialmente pelo conflito entre os "mecanistas" (DEBORIN) e os "ortodoxos" (MITIN), que termina pelo ano de 1930 com a liquidação dos deborinistas. A partir de então a versão "ortodoxa" torna-se rígido dogma. A literatura filosófica soviética assume todos os aspectos de uma "literatura sagrada" com seus textos inspirados (MARX, ENGELS, LENINE) que se citam religiosamente.³

Como doutrina a filosofia leninista é, segundo a caracterização clássica de STALINE, um materialismo dialético e um materialismo histórico. O materialismo é dou-

³ Os leitores brasileiros podem ver um exemplo desta "citatologia" (expressão dos comunistas CAGIN e BASKIN, cf. pág. 27) no livro *Mateialismo Dialético*, de V. P. TCHERTKOV e outros (manual de ensino da Academia de Ciências da URSS), Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1956. HENRI LEFÉBVRE escreve a propósito de STALIN: "Il se moquait de ceux qui le citaient à chaque ligne, alors que pour publier le moindre article il fallait le citer à chaque ligne". *Problèmes actuels du marxisme*, P. U. F., Paris, 1958, págs. 25-26.

trina e a Dialética é método, ensina STALINE. Na verdade esta divisão é arbitrária, pois a Dialética é, de fato, uma Ontologia e o Materialismo impõe limites e pre-conceitos metódicos à reflexão. Entretanto, ela exprime cômodamente as origens do leninismo a partir de HEGEL (via MARX) e do materialismo naturalista tipo século XIX. Depois de caracterizar brevemente o materialismo leninista (assinalando devidamente as ambigüidades do conceito de "matéria" em LENINE mesmo, págs. 29-30), B. estuda longamente a essência e o conteúdo da Dialética, descrevendo cada uma das suas leis fundamentais: da totalidade, do evolucionismo otimista, da necessidade, dos "saltos" qualitativos, da contradição e luta. A mais importante destas leis é, sem dúvida, a lei da totalidade ou da "conexão universal", versão materialístico-dialética da primazia hegeliana da Idéia como totalidade absoluta. B. opina que da inteligência desta lei depende uma correta avaliação do comunismo. Sua principal aplicação é a caracterização do "indivíduo" como simples *momento* de um *processo total* e, portanto, inteiramente subordinado às exigências do processo. A única transcendência admitida no marxismo-leninismo é a transcendência do processo material total desenvolvendo-se dialéticamente.⁴

⁴ Aqui reside, a nosso ver, a contradição fundamental do marxismo, pois que a transcendência do processo material deve ser afirmada pela "consciência", que é um "momento" do mesmo processo.

O materialismo histórico não é mais do que a realização da dialética materialista nas relações sociais. As relações materiais de base (relações de produção determinadas pelas forças e instrumentos de produção) criam uma *superestrutura* em dois planos, ou seja o plano das *relações sociais* propriamente ditas (políticas e jurídicas) e o plano das *ideologias* (filosofia, ciência, moralidade, arte e religião). B. estuda em primeiro lugar o esquema evolutivo da estrutura de base formada pelo condicionamento entre forças e relações de produção, esquema a que STALINE deu forma clássica e que impõe como termo necessário da evolução a sociedade sem classes, em que se completou a socialização dos meios de produção (cf. págs. 41-43). A seguir o problema da dialética Teoria-Ação e o problema das ideologias são formulados com todo o rigor e é posta a questão decisiva dos valores absolutos (pág. 47).

O comunismo se apresenta como um extremo *monismo axiológico*, de tal sorte que o Partido vem a se definir finalmente por atributos rigorosamente *divinos*. Uma apreciação crítica (págs. 47-51) enumera os pontos vulneráveis: a) *pressupostos metafísicos sem prova* como o postulado materialista, a infinidade espaço-temporal do mundo, o postulado ateísta; b) *afirmações acríticas* e, mesmo, de incrível primitivismo lógico (longa lista de exemplos, pág. 49); c) *contradições internas formais* como uma definição da verdade a um tempo absolutista e relativista, a adequação de materialismo e dialética, a juxtaoposição inconciliável

de determinismo e liberdade. BOCHENSKI nota ainda (págs. 50-51) que o materialismo dialético desconhece completamente a atual problemática filosófica e move-se num plano de idéias que remonta aos anos em torno de 1850, como se a reflexão filosófica ocidental se tivesse imobilizado a partir de então. O materialismo dialético é, pois, uma filosofia em extremo *reacionária*.

E. J. WALTER (Universidade de Zurique) trata da teoria econômica (§§ 16-21, págs. 52-65). Uma exposição clara nos dá primeiro os elementos da doutrina econômica de MARX, a partir das suas fontes na economia clássica. A teoria do mais-valor e as leis de evolução do capitalismo (concentração do capital, queda da quota de lucro, processo de acumulação, teoria da crise) são expostas como a base teórico-econômica da teoria revolucionária, ou seja da divisão de classes, da desapropriação da classe explorada (trabalhadora) e da revolução necessária como "negação da negação". Esta doutrina econômica de MARX sofre nas mãos de LENINE uma profunda transformação, que se exprime nas seguintes teses, insuspeitadas de MARX: teoria do primado do político sobre o econômico, equivalência da produção natural (agrário-manual) e da produção capitalista, solução pela estatização dos problemas econômicos, expressão "dogmática" das "leis" da evolução capitalista, teoria do Imperialismo.

As observações críticas à teoria econômica comunista são apresentadas por G. NIEMEYER (§ 22, págs. 65-68), e compendiadas nos

seguintes tópicos: a) trata-se de um marxismo superficial, unilateral e dogmático, dominado por um forte acento propagandístico; b) as proposições pertinentes de fato ao objeto da ciência econômica têm caráter normativo preponderante com uma base empírica extremamente pobre. O mais se refere a uma ciência da indústria ou da produção e não a uma teoria econômica; c) as bases marxistas da pretendida ciência econômica comunista já se demonstraram inconsistentes e foram devidamente criticadas pela ciência econômica posterior (por exemplo, a teoria do mais-valor, a análise da produção de mercadorias, a teoria da crise do capitalismo). Só entre os economistas soviéticos tais teorias continuam a ser sustentadas dogmáticamente. Em conclusão, a "ciência econômica" comunista diante de um exame rigoroso reveste tôdas as aparências de uma arma pseudo-científica para fins de propaganda.

Ao fim dêste Cap. II BOCHENSKI apresenta algumas considerações sobre a escatologia comunista (§ 23, págs. 68-70). Ela se exprime em duas teses fundamentais, a passagem (dialética) do reino da necessidade ao reino da liberdade, cuja formulação clássica se deve a ENGELS, e a supressão das classes e do Estado. A escatologia comunista é o cume da sua doutrina e é teoricamente tão frágil quanto os fundamentos em que repousa.

O Cap. III, devido a G. NIEMEYER, tem por objeto as doutrinas políticas fundamentais (págs. 67-106). É preciso notar, de início, que o Comunismo não pode ter, em rigor, uma filosofia política

ca. O Estado, o Direito, o Governo são "superestruturas". As posições políticas que o Comunismo assume são determinadas pela sua filosofia da história. Conseqüência grave desta carência inicial de uma filosofia política (e sobre a qual os políticos ocidentais deveriam meditar) é que o Estado e o Poder não têm, na doutrina comunista, uma estrutura específica e autônoma na sua ordem. Eles são simples meios na luta de classes. É neste sentido que o poder político adquire em LENINE uma primazia que MARX não previra.

Em quatro pontos fundamentais resume N. a sua exposição da doutrina política do Comunismo: a) *A luta de classes*: ela é, como é sabido, a chave que abre, na interpretação marxista, o enigma da História. Seus pressupostos são a propriedade privada dos meios de produção e a dialética da gênese, evolução e crise do capitalismo. N. faz notar aqui a simplificação e rigidez dogmática que o marxismo-leninismo introduz no conceito de "classe social", que só acentua entre as classes o aspecto de oposição (dialética), estabelece entre elas uma inconciliabilidade teórica, e exclui a possibilidade de uma ciência normativa ou de uma moral que transcenda a oposição das classes; b) *O mito do proletariado*: é importante notar aqui que a concepção do proletariado em MARX trazia no seu seio sérias dificuldades teóricas e inverossimilhanças históricas. De fato, a revolução comunista não se processou segundo o esquema previsto por MARX. O proletário foi substituído pelo político, o proletariado pelo Partido. De "momento" dia-

lético o proletariado tornou-se, rigorosamente, um *mito*. As componentes dêste mito são o papel redentor do proletariado, a vitória final necessária da revolução proletária (e concepção da história como uma escada rolante que leva a humanidade para a sociedade sem classes), a ditadura do proletariado (de fato, do Partido) como instrumento final da supressão das classes. c) *A estratégia revolucionária*: esta é dominada inteiramente pelas leis que regem a luta de classes, como já MARX as delinea no Manifesto de 1848. No momento da tomada do poder pelas forças revolucionárias, o Estado deixa de ser uma estrutura específica a serviço do bem comum para tornar-se o instrumento de domínio nas mãos do Partido, a fim de operar a transição (por um período que se revela indeterminado) da sociedade capitalista ao socialismo. Reconhece-se aqui a doutrina de LENINE em *O Estado e a Revolução*. De fato, as atribuições do poder vão para o Partido. N. estuda então o pensamento comunista acêrca do Partido e da sua função na estratégia revolucionária. LENINE é, como sempre, a fonte principal. Segundo o seu ensinamento, o Partido deve ser uma *elite* (doutrina da desigualdade no seio da massa proletária), mas deve manter constantemente "contato com as massas". A direção principal da sua luta é um futuro escatológico (com conseqüente depreciação dos interesses vitais da geração presente) e a "consciência" dos seus membros deve cortar todos os fios que a prendem à mundividência burguesa condenada a desaparecer (prin-

cípio da "independência" de pensamento). Esta concepção do Partido é que está na base da política comunista e é a sua única constante. Ela justifica a teoria das "duas revoluções" (ou a participação dos comunistas numa revolução burguesa de caráter progressista) e a estratégia das alianças táticas, de que tantos exemplos se nos oferecem no pós-guerra imediato, sobretudo nos países da Europa Oriental. d) *Estratégia soviética internacional*: o ponto de partida é aqui a interpretação leninista do imperialismo como fase suprema do capitalismo. Conseqüências são: a inevitabilidade da guerra entre os imperialistas (aplicação da teoria marxista da "crise" ao capitalismo internacional), a teoria dos "dois campos" na política internacional (campo socialista e campo burguês), a teoria da "guerra justa" (os países socialistas lutam sempre no interesse da paz). A posição eminente da URSS na estratégia comunista global é finalmente examinada nos seus aspectos mais importantes.

O Cap. IV é da autoria de JOHN S. RESHETAR (Universidade de Yale) e estuda exaustivamente a natureza e organização do Partido Comunista. Em parágrafos iniciais (§§ 1-5, págs. 111-116) os editôres dão algumas informações históricas e estatísticas sobre o PC nos principais países. RESHETAR divide o seu estudo (págs. 116-152) em três grandes partes: a) *A imagem externa* do Partido, como organização democrática, representante das massas, encarnação de valores e ideais humanos, oposto ao uso da força, unidade sagrada, instrumento que desapa-

recerá no advento definitivo do socialismo. b) *A face verdadeira* do PC é apresentada a seguir: o monopólio político, violência e aniquilamento dos inimigos, exigências quanto aos membros, "centralismo democrático", princípio das *élites* (do Partido com relação às massas, dos dirigentes dentro do Partido), conceito de "ortodoxia" e "deviacionismo", o problema da corrupção (reconhecida e criticada, v. g. KRUTSCHEV, pág. 143), a fusão do Partido e do poder político. c) *Linhas diretivas* nas questões internas do Partido, como o antifederalismo, o problema dos inimigos internos, o princípio das depurações, o controle sobre a inscrição dos membros, a preeminência de fato do PC da URSS, a pura utilização instrumental dos membros como indivíduos. O dualismo assinalado por RESHETAR entre "face aparente" e "face real" do Partido não é mais do que a conseqüência prática da profunda ambigüidade teórica que se descobre na concepção marxista-leninista do Partido.⁵

O Cap. V, redigido por JOHN S. RESHETAR, STEFAN T. POSSONY (Universidade de Georgetown, Washington) e W. W. KULSKI (Universidade de Syracuse, N.Y.) trata da metodologia da conquista e da dominação. É um capítulo de extrema importância prática para o conhecimento da tática comunista. Ai são estudadas minuciosamente: a) as linhas diretivas da

⁵ Um equívoco profundo revela-se aqui entre "consciência de classe" e Partido. Ver as observações de A. DE WAELEHENS, *Philosophie et non-philosophie*, Rev. Phil. de Louvain, 57 (1959) 5-43 (aqui, págs. 31-34).

ação externa, b) as regras da estratégia de conquista do poder, c) a estratégia e a tática da dominação. Salientamos, pelo seu interesse particular, o § 27 (págs. 189-192), que trata da atitude da "fé" na doutrina e nos chefes do Partido: "nos altares comunistas encontram-se não só homens elevados a imortais, mas também conceitos divinizados" (pág. 191; grifado no texto).

O Cap. VI de JAN LIBRACH (N. Y.) trata da expansão do império comunista nos seus princípios teóricos postos por LENINE e na sua obstinada realização desde a Revolução de outubro até as recentes conquistas do último pós-guerra.

O Cap. VII é devido a WALTER KOLARZ (Londres) e tem por objeto as "nacionalidades" na concepção comunista. Quatro partes: os "slogans" de propaganda, a teoria leninista, a prática (povos da URSS, repúblicas populares europeias, república popular chinesa), e, finalmente, uma apreciação crítica. Este capítulo deve levar como endereço principal os nacionalistas sinceros. Uma observação importante: não são os povos, russo e chinês, por exemplo, que se servem do comunismo, mas este é que se utiliza dos povos (mesmo e sobretudo dos seus atavismos históricos), para a sua expansão (página 288).

No Cap. VIII VLADIMIR GSOVSKI (Biblioteca do Congresso, Washington) trata do Direito. O princípio fundamental da concepção jurídica comunista é a negação de qualquer direito próprio inalienável do indivíduo. Este é, por todo o seu ser, absorvido no corpo

social. Num primeiro momento pensou-se mesmo numa dissolução do direito, como do próprio Estado. Mas logo (a partir de 1930) o esforço dos juristas soviéticos concentrou-se na definição de uma "legalidade socialista". Importante notar (pág. 299-301) que a Constituição não é, no estado comunista, uma lei fundamental. O Poder Executivo não lhe é sujeito. Daqui uma essencial diferença de estrutura jurídica entre os estados comunistas e as democracias ocidentais. GSOVSKI estuda a evolução histórica do direito soviético, seu caráter classista, a política pós-staliniana. A seguir (pág. 307-327) trata dos "direitos" do cidadão, do "direito" de propriedade sobretudo, da herança, casamento e divórcio, do direito penal, da função judiciária.

O Cap. IX, de DAVID J. DALLIN (N. Y.) é complementar do precedente e trata do crime e do sistema de repressão penal. O conceito comunista de "crime" (em função da luta de classes) é criticado inicialmente no seu sinistramplismo. É estudado depois o sistema do direito penal nas suas generalidades, assinalamos aqui o § 5 (págs. 343-345) sobre os processos políticos e o § 7 (págs. 348-349) sobre a teoria dos campos de trabalho forçado, a prática do trabalho forçado e, em apêndice (págs. 361-364) organizado pelos editores, é oferecida uma coleção de testemunhos.

O Cap. X, da autoria de RALPH JAMES (Washington) trata da economia nos países comunistas e dedica um importante estudo inicial ao aspecto propagandístico da economia soviética. Assinalamos os

§§ 3 e 4 (págs. 371-374) sôbre o conceito comunista de estatística e as falsificações neste campo. Vem a seguir uma exposição dos princípios gerais, da produção soviética, e das perspectivas de futuro. No fim é dada uma avaliação crítica dos resultados comunistas no campo econômico.

No Cap. XI, KARL A. WITTVOGEL (Universidades Washington, Seattle) estuda o problema dos camponeses e da política agrária. Ainda aqui, um parágrafo inicial sôbre os *slogans* de propaganda. A teoria comunista da questão agrária é estudada longamente (págs. 426-446) a partir das posições de MARX, com especial atenção à doutrina de LENINE e à sua modificação da definição marxista de proletariado, incluindo agora os camponeses (cf. § 5, págs. 433-438). O capítulo termina com uma exposição da prática comunista da política agrária, sobretudo na Rússia e na China.

O Cap. XII, de JOHN FIZER (Universidade de Notre Dame), é dedicado à literatura, arte e ciência na concepção comunista. Inútil ressaltar sua importância para os intelectuais e artistas do Ocidente, muitas vezes desarmados diante da propaganda e dos resultados concretos exaltados pelos comunistas. O *slogan* que domina aqui é o da "liberdade criadora" (cf. § 1, página 477). Mas, como entendê-la? FIZER estuda em primeiro lugar a concepção teórica da produção intelectual segundo o marxismo-leninismo (págs. 478-485). A Ciência e a Arte, já o sabemos, pertencem à "superestrutura". São, portanto, "ideologias". Seu valor é, originariamente, social. Só neste sentido

se devem entender as declarações de STALINE a ROY HOWARD sôbre a "liberdade pessoal" (cf. página 477). Daqui a radical oposição entre "ciência socialista" e "ciência burguesa", "arte socialista" e "arte burguesa". As produções intelectuais são, afinal, um instrumento na luta de classes. As conseqüências dêstes princípios fundamentais são: a) o *partidarismo* (partijnost') remontando a um artigo de LENINE em 1905, e que exclui tôda a diversidade de conceitos filosóficos na produção literária ou científica, b) *repressão da objetividade*, que considera a atitude objetivista neutra na atividade intelectual como "deviacionismo" c) *popularismo* (narodnost'), o que significa utilização da produção intelectual a serviço do povo trabalhador (na realidade, do Partido), d) *tipicidade* (tipicnost'): ao Partido fica reservado decidir o que é "típico" para o interêsse do povo na criação artística. Este princípio representa a mais extrema forma de politização da Arte (ver citação de MALLENKOV (pág. 483), e *realismo socialista*, que é inimigo, escreve SOBOLÉV (pág. 484) do "objetivismo burguês". A prática dêstes princípios é examinada em seguida (páginas 485-509) na Literatura, Ciências em geral, artes plásticas, arquitetura, música, e em ciências particulares, como Linguística (intervenção espetacular de STALINE em 1950), Psicologia, Biologia (intervenção de LYSSSENKO em 1948). Os resultados da aplicação prática da teoria comunista sôbre a atividade intelectual são objeto dos parágrafos finais do capítulo (§§ 17-19, págs. 509-516). São interessantes as observações conclusivas

sobre os incontestáveis êxitos culturais soviéticos. Estes êxitos são explicáveis dentro da própria lógica comunista. Ciência e arte são armas "ideológicas". A posição social e alto nível de vida dos cientistas e artistas que servem a "linha" do Partido, procede deste fato fundamental. Em segundo lugar é preciso não esquecer que o comunismo tem raízes longínquas no "iluminismo" com sua exaltação da ciência. Entretanto, a força criadora da cultura só agirá no sentido de uma superação do comunismo leninista dentro dos países comunistas, quando os princípios fundamentais acima expostos forem decididamente postos em questão.

No importante Cap. XIII, J. M. BOCHENSKI trata da religião com a colaboração de IRENE HAY, (Lexington, Mass. e W. MEYSZTOWICZ, Roma, para o material e bibliografia). O *slogan* propagandístico da liberdade religiosa para o indivíduo é lembrado em primeiro lugar (§ 2, págs. 522-523). Segue-se uma cuidadosa exposição da teoria da religião do marxismo-leninismo, na sua evolução histórica e na sua formulação sistemática (§§ 3 e 4, págs. 524-527). Pertinentes observações críticas são feitas a esta teoria, sobretudo à concepção da religião como projeção fantástica e "consolação" para os explorados. As regras e a prática da política religiosa do comunismo são expostas então, seja no aspecto da luta anti-religiosa (págs. 533-535) quanto da efetiva perseguição às diversas religiões nos países comunistas (págs. 534-545). As tentativas de divisão interna nos grupos religiosos (págs. 545-549), o contróle das Igrejas pelo

Estado (págs. 549-552) e destino de algumas confissões (págs. 552-559) ocupam o restante do capítulo. Importantes documentos são fornecidos em apêndice (págs. 559-568).

O Cap. XIV, de W. W. KULSKI, estuda a "situação do indivíduo". Parte da constatação inicial de uma rígida divisão de classes ("dominadores" e "dominados") na sociedade comunista (§ 1, págs. 573-574).⁶ Percorre depois as diversas situações individuais, seja do *cidadão como tal* (as eleições e os conflitos sociais, págs. 574-576), como das *profissões* (trabalhadores e camponeses, págs. 578-595) ou da *situação social peculiar* (mulheres, jovens, velhos e inválidos, págs. 595-599). As últimas páginas do capítulo (de uma importância particular para uma informação objetiva sobre a estrutura da sociedade comunista), tratam desta classe social *sui generis* que se exprime pela denominação tipicamente russa de "inteligência" (intelligentzia). São as *élites* cultas (cultura média e superior) que constituem uma terceira classe diante de camponeses e operários. KULSKI trata de todos os aspectos importantes do problema da "inteligência", seja do ponto-de-vista da instrução geral (dominada toda pelo sentido "ideológico" da cultura, págs. 600-615), quanto da instrução ou formação especificamente "ideológica" (filhos e pais, organizações de juventude, propaganda, moral relativística, (págs. 615-619). Um apêndice (págs. 620-623) dá-nos resultados

⁶ Lembremo-nos aqui do testemunho de M. DJILAS em *A Nova Classe*, AGIR, Rio de Janeiro, 1957.

de eleições, leis de trabalho, estrutura hierárquica das posições sociais.

O Cap. XV e último, de J. M. BOCHENSKI, tem por objeto a "crítica do Comunismo": é o resultado rigorosamente lógico de todo o livro. B. começa por reafirmar a complexidade do fenômeno comunista. O que êle realmente é, seu verdadeiro ser foi, entretanto, documentadamente traçado nos capítulos precedentes da obra. Trata-se agora de julgá-lo como um *todo*. BOCHENSKI desenvolve primeiro uma crítica de fundo, na qual o comunismo é apreciado no seu caráter de extremo simplismo e primitivismo (§ 2, págs. 630-633). Sua *escatologia* é uma simplificação desconcertante da enorme complexidade do fenômeno humano da socialização. Na *filosofia* e na *ciência* vemos frequentemente *slogans*, de estrutura lógica a mais primitiva, afirmados como teses incontestáveis. A *metodologia* não recebe melhor tratamento (ver exemplos, pág. 631). Em suma, o Comunismo como *idéia* e como *atitude* deve ser caracterizado como um *primitivismo*, que frequentemente assume as formas mais grosseiras. Êle é, como tal, pouco conhecido no Ocidente, mas importa sobremaneira que intelectuais, políticos, artistas e cientistas o examinem sob êste aspecto, com critérios rigorosamente lógicos e sem preconceitos sentimentais. Para muitos êste exame reservará surpresas. B. passa, a seguir, ao exame do comunismo como atitude ou estrutura mental: será o comunismo uma *ciência* ou uma *fé*? (§ 3, págs. 633-636). Em rigor, nem uma coisa nem outra e por isso,

do ponto-de-vista da *forma* da expressão intelectual, aparece como *cestruído de sentido* (*unsinning*) (pág. 633, grif. no texto). Não é uma ciência, pois não verifica as condições básicas da construção científica: *fundamento experimental, ordenação lógica, comprovação crítica* sempre renovada dos princípios e das conclusões. Não é uma fé: nem uma fé de tipo religioso, ou absoluta (embora na prática os comunistas revelem freqüentemente um comportamento intelectual que pode ser caracterizado como pseudo-fé) porque não se apóia em nenhuma *revelação* com títulos de validade; nem uma fé hipotética (em que a palavra das "autoridades" fôsse passível de ulterior comprovação), pois que os comunistas apresentam estas palavras (vg. as proposições de MARX ou LENINE) como verdades científicas absolutas, o que, como vimos, realmente não são. Uma questão de fato surge aqui (cf. páginas 635-636): como explicar a simpatia de vários cientistas eminentes pelo comunismo, ou mesmo sua adesão (ao menos durante certo tempo) a êle? Dêste fato, uma só explicação é possível: tais cientistas, especialistas no seu campo, mostram carecer de uma formação filosófica e crítica capaz de avaliar o *primitivismo* do sistema comunista no campo filosófico e das idéias de base. Grandes cientistas podem mostrar, por êste lado, uma atrofia infantil de mentalidade. Interessante e significativa, neste particular, a observação de BOCHENSKI de que apenas uma centena de cerca de dez mil professores de Filosofia dos países ocidentais aderem ou se inclinam ao comunismo.

As experiências de BERTRAND RUSSEL, M. MERLEAU-PONTY, J. P. SARTRE (e, podemos acrescentar, HENRI LEFÉBVRE) contêm uma eloqüente lição para os intelectuais sinceros. A crítica de B. trata a seguir do comunismo em face do homem (§ 4, págs. 636-637). Acentuando a diferença entre o conceito comunista e o conceito clássico (ocidental) do homem B. concentra sua crítica em três pontos: indistinção do homem individual e do homem social, projeção do homem real num futuro escatológico hipotético, rejeição de todos os valores humanos na categoria de *meios*, dentro do mais extremo monismo de um único *fim*: o do Partido. BOCHENSKI passa então ao exame dos métodos comunistas (§ 5, págs. 638-639). A questão se põe, com efeito, de saber se há uma proporção entre os meios (metódicamente aplicados) que o Comunismo utiliza, e os seus fins. O exame mostra que tais meios, que implicam a trituração da pessoa humana e a mais imensa soma de sofrimentos, tendem a servir, em suma, ao poder de pequenos grupos de tiranos. Os métodos comunistas têm, assim, o condão sinistro de depreciar fins em si justos. Nada justifica, nos resultados obtidos pelo comunismo, o preço sem conta, em desgraças e dores, que êle exige da humanidade.

Qual, pois, "a verdade do comunismo" (§ 6, págs. 639-640)? Nenhuma, se verdade significa a adequação de uma doutrina com a realidade. Nem verdade *moral*, pois que os *fins* do comunismo são míticos. Nem verdade *lógica*, pois que a sua *doutrina* é inconsistente.

Nem verdade *metodológica* ou prática, pois que há nêle uma *insuperável desproporção* entre meios (métodos) e fins a alcançar.⁷

BOCHENSKI termina com uma crítica do comunismo de pontos-de-vista particulares (§ 7, págs. 640-643): do ponto-de-vista da *religião* (fundada no reconhecimento da interioridade inalienável do homem); do ponto-de-vista do *marxismo* (distorções comunistas do pensamento original de MARX, embora as ambigüidades dêste pensamento se prestem a isto); do ponto-de-vista do *liberalismo* (fundado na inalienável liberdade individual).

Uma escolhida bibliografia, segundo os capítulos (págs. 647-715) e diversos índices põem fêcho à obra, que almejamos ver logo traduzida nas principais línguas do Ocidente. — H. L. V.

CAIO PRADO JUNIOR. *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1959. 255 págs.

O Autor retoma nesta obra os temas já desenvolvidos em *Dialética do Conhecimento* (2 vols., 2.^a ed. 1955), insistindo particularmente na demonstração de um estatuto específico da Lógica Dialética como contraposta à Lógica Formal. Na verdade, o novo volume de CAIO PRADO JUNIOR não nos parece trazer nenhuma contribuição nova com relação à obra anterior.

⁷ Como BOCHENSKI assinala (pág. 640) esta crítica radical da "verdade" do comunismo não significa a negação de elementos verdadeiros (verdades parciais) nêle contidos. A crítica, aqui, dirige-se ao comunismo como um "todo". Tem em vista, pois, sua verdade "total".

Ele reelabora a mesma matéria esparsa difusamente nos dois volumes de *Dialética do Conhecimento*, dando-lhe, em curtos capítulos, ordenação mais clara e expressão mais didática. Mas o leitor atento da primeira obra não aprenderá nada de novo aqui. A interpretação marxista de CAIO PRADO JUNIOR antes como agora oscila, a nosso ver, num dilema insolúvel entre dois extremos inconciliáveis que são materialismo e dialética. É, em suma, o dilema inscrito no destino de todos os marxistas ortodoxos como já o fôra no próprio destino filosófico de MARX. Um materialismo conseqüente deverá esvaziar-se finalmente de toda dialética, assim como um pensamento dialético autêntico traz consigo uma exigência de superação de todo materialismo. A aliança do materialismo e da dialética não se realiza senão a preço de simplificações arbitrarias e de uma ambigüidade fundamental e nunca dissipada, razão dos constantes desvios "idealistas" — segundo a acusação constantemente retomada por parte dos "materiaílistas" que se pretendem puros — que marcam a evolução do "materialismo dialético" na URSS e fora dela.

Desta ambigüidade o primeiro capítulo da nova obra de CAIO PRADO JUNIOR oferece-nos flagrante testemunho. O autor tem em vista defender-se, precisamente, da acusação de "idealismo" que lhe foi lançada pelo fato de ter feito da Dialética uma Lógica, isto é, um fato mental (pág. 5, n.º 1)! A acusação provém sem dúvida da parte dos ortodoxos da linha ENGELS-LENINE, decididos a todo o custo a afirmar a prioridade de

uma *Dialética da Natureza* articulada já em si mesma, e de que a "forma dialética" não seria senão o reflexo no nosso pensamento. ("Reflexo" é bem o termo que usa ENGELS, *Dialectique de la Nature*, tr. BOTTIGELLI, ed. Sociales, Paris, 1952, pág. 213, retomado equivalentemente por LENINE e STALINE na teoria da "consciência-reflexo" ou da "consciência-imagem"). Ora, em tal caso o "materialismo" é pôsto a salvo, mas da "dialética" resta pouco mais que uma palavra: porque se o pensamento dialético é processo de "relacionamento" (para usar a expressão de CAIO PRADO JUNIOR), e se as relações são "dadas" em si mesmas, o pensamento não *relaciona*; a "dialética" é um nome para o dogma materialista da consciência-reflexo tal como encontra sua expressão perfeita no escrito clássico de STALINE sobre materialismo dialético e materialismo histórico na *História do Partido Comunista (b) da URSS*.

Para CAIO PRADO JUNIOR uma *Dialética da Natureza* como disciplina específica, no sentido engelsiano, apresenta-se sem objeto e é, portanto, inadmissível (pág. 6). A organização dialética da natureza deve buscar-se nas ciências naturais que, efetivamente, pesquisam os "fatos" que deverão ser articulados dialéticamente. A Lógica Dialética por sua vez (no sentido do autor) deve estudar o processo dialético do pensamento. Ela é um *método* que ensina a pensar dialéticamente. Tal seria a concepção staliniana da Dialética. Não vamos discutir este último ponto, embora nos pareça pouco pertinente, de

ponto-de-vista de STALINE, a distinção entre a Dialética como “método de conhecer” e como “conhecimento efetivo”. Como já deixamos dito, a “Dialética” staliniana mais que “método” é uma “doutrina”, isto é, uma ontologia materialista bem pouco dialética.

Mas o que não conseguimos ver é como CAIO PRADO JUNIOR poderá escapar à acusação de “idealismo” por parte dos materialistas ortodoxos de obediência leninista, com atribuir ao pensamento um processo original — o processo de “relacionamento” — a ser investigado por um método próprio que viria a ser a Lógica Dialética. Porque, ou a consciência é o “reflexo da matéria”, o “reflexo do ser” e o “pensamento é um produto da matéria” como se exprime STALINE (*Mat. dial. e mat. hist.*, apud *Questioni del Leninismo*, tr. TOGLIATTI, Rinascita, Roma, 1952, pág. 653) e então o “método dialético” coincidirá exatamente com a “dialética da natureza” como afirma o leninismo ortodoxo, e não há lugar para uma Lógica Dialética; ou o processo dialético do pensamento revela uma *iniciativa original* deste e, portanto, uma transcendência (qualquer que seja a significação que se lhe atribua) da consciência sobre a matéria. Afirmar, em suma, uma “dialética do conhecimento” é incompatível com o postulado materialista.

A posição de CAIO PRADO JUNIOR tem semelhanças bem típicas com a de HENRI LEFÉBVRE. Também o marxista francês quis fazer da Dialética um “método” original do pensamento, mas por isso mesmo a trajetória da sua rigorosa reflexão levou-o cada vez mais longe

do materialismo leninista-staliniano. Sua última obra (*La somme et le reste*, La Nef de Paris, 1959) é já a manifestação de uma aberta ruptura. Destino análogo parece ser o de ERNST BLOCH e o de GEORG LUKACS. A ambigüidade da posição de CAIO PRADO JUNIOR ressurgiu patente no último capítulo da sua obra. Em todo o decurso do livro (onde há análises aproveitáveis sobre o conceito como “relação”, junto com um nominalismo de base que torna, aos nossos olhos, extremamente vulnerável toda a teoria do conhecimento do autor), o materialismo é como que “pôsto entre parêntesis”, e só parece emergir aqui e ali para desencargo de consciência.

O penúltimo capítulo (cap. 18) trata da “Lógica Dialética e Lógica de HEGEL”. Aí lemos que o conteúdo próprio das leis fundamentais da Lógica de HEGEL está em serem elas “um *processo mental* do indivíduo pensante” (pág. 233, grifado no texto); elas devem ser destarte despidas “do disfarce de *atos do Universo* exteriores ao pensamento, com que o idealismo hegeliano as fantasiou” (*ibid.*, *id.*). Só assim nos permitirão “conceituar, e pois representar mentalmente a realidade objetiva” (pág. 234).

A Lógica Dialética de CAIO PRADO JUNIOR não é mais do que a Lógica de HEGEL assumida como “processo do pensamento”. Perfeito. Mas então existe um processo de pensamento que é irreduzível à realidade exterior, à natureza. O logicismo idealista de HEGEL estabelecia uma correspondência exata entre o racional e o real, dando a primazia à Idéia. O “materialismo

dialético" na concepção de ENGELS estabelece uma correspondência exata entre o real (material) e o racional, dando a primazia à Matéria. Em ambos os casos é impossível distinguir entre o "método" do pensamento e a estrutura da realidade. A Lógica é, por sua mesma essência, uma Ontologia. No caso de HEGEL temos uma ontologia idealista, e a realidade do mundo material é absorvida na Idéia. No caso de ENGELS (e dos seus continuadores russos) temos uma ontologia materialista, e a realidade do pensamento (da Dialética portanto) é absorvida na Matéria. A admissão da Dialética como "método" original do pensamento, se não conduz necessariamente ao idealismo no sentido hegeliano, conduz irremediavelmente ao "idealismo" no sentido da ortodoxia leninista, isto é, à superação do monismo materialista.

CAIO PRADO JUNIOR tem que retornar, afinal, à velha distinção da Lógica clássica entre o *modus rei* e o *modus mentis*. O que se impõe então à sua reflexão é uma Crítica do conhecimento, um estudo das condições de objetividade (a partir da percepção sensível) de um conhecimento cujo "processo" original aparece irreduzível à realidade exterior. Mas desta problematização crítica não encontramos traço na obra de CAIO PRADO JUNIOR. Em seu lugar surge-nos o cap. 19 (e último) sobre a "Fisiologia do pensamento" em que é afirmada a identidade do processo psicológico do pensamento e dos processos fisiológicos que têm lugar no sistema nervoso central. Os processos pensantes são identificados a hipotéticos "fluxos

nervosos" que percorrem o córtex cerebral (págs. 246 segs.). Aqui é que se faz cruelmente sentir a necessidade daquela Crítica a que nos referíamos. Porque se os condicionamentos neurais dos processos pensantes aparecem experimentalmente bem estabelecidos na obra, por exemplo, de um PAVLOV, de um SHERRINGTON ou de um L. LAPICQUE, entre *condição* e *causa* a distinção se impõe. Afirmar que o pensamento é *função* de processos neurofisiológicos não equivale, em boa dialética, a afirmar a *identidade* dos dois processos. Equivale a integrá-los numa unidade superior, por isso mesmo complexa, que é a unidade do sujeito humano. Para mostrar o bem fundado desta distinção entre *condição* e *causa*, proporemos a CAIO PRADO JUNIOR uma questão que surgirá provavelmente a seus olhos com todos os ares de um sofisma: se o processo pensante é uma atividade de "relacionamento" e se, por outro lado, se afirma a sua identidade com determinados "fluxos nervosos", como se estabelece a relação geral de identidade entre processo pensante e processo nervoso. Se se exige para tal um novo e peculiar fluxo nervoso, iremos ao infinito. O que quer dizer que, se o pensamento é *condicionado* por processos neurofisiológicos, ele emerge sobre estes processos por seu poder de *reflexão total* sobre si mesmo. Em outras palavras, só o pensamento é coextensivo a si mesmo, é *autoposição* de si mesmo (eis a raiz da atividade dialética), e determina portanto um plano original de realidade.

Se a aliança entre materialismo e Dialética não se mantém em CAIO PRADO JUNIOR senão alimentando-se das ambigüidades que acabamos de assinalar, ela conduz, por outro lado, a simplificações arbitrárias no exame das doutrinas, simplificações que tornam por vêzes tão irritante a leitura dos textos comunistas de Filosofia. Destas simplificações CAIO PRADO JUNIOR já nos oferecera bastantes exemplos nos dois volumes, de resto tão interessantes, de *Dialética do Conhecimento*. (A elas se refere DJACIR MENEZES na sua análise crítica da primeira edição, publicada em *Revista Brasileira de Filosofia*, II (1952), págs. 278-301.) Na obra que estamos considerando retornam os mesmos esquemas simplistas. Em primeiro lugar êste vezo marxista (inspirado, aliás, no próprio HEGEL) de dividir a história da Filosofia em "antes de HEGEL" e "depois de HEGEL", como se a filosofia pré-hegeliana fôsse uma "metafísica" das "essências fixas", das "coisas" (ver págs. 31-34, 213, e *passim*) e só HEGEL tivesse descoberto a "relação dialética" e possibilitado uma verdadeira análise do movimento, não pode deixar de surpreender desagradavelmente quem conhece a história da Filosofia pelo estudo paciente dos textos. É de ENGELS que se origina a oposição arbitrária entre Metafísica e Dialética (ver *Dialectique de la Nature*, tr. cit., págs. 216-218). Mas a justificação histórica desta oposição tal como é tentada, entre outros, por CAIO PRADO JUNIOR, não resiste nem mesmo a um rápido exame.

Veja-se, por exemplo, a apresentação feita da doutrina aristotélica do movimento (pág. 19) em que se nos diz que, para ARISTÓTELES, o movimento se define "como *estados* sucessivos do corpo movido: em *potência* num deles, *enteléquia* no outro" (*ibid.*, grifado no texto). Ora, qualquer iniciado em ARISTÓTELES conhece os três primeiros capítulos do livro III da *Física* em que o Estagirita se esforça precisamente em provar que o movimento *não* pode ser concebido como um *estado* sucessivo da potência simplesmente e do ato (enteléquia) simplesmente, mas é um *intermediário dinâmico* entre os dois, em cuja definição potência e enteléquia se sintetizam paradoxalmente no mesmo conceito formal, ou o ser e o não-ser (para falar como CAIO PRADO JUNIOR, pág. 23) se articulam dialéticamente sob a mesma razão formal (ver, em particular, *Fis.* III, 1, 200 b 26-201 b 5; ver o comentário de W. D. Ross à célebre definição de 200 b 10-11: "entelêcheia must here mean "actualization", not "actuality": it is the *passage* from potentiality to actuality that is *kinesis*", *Aristotle's Physics*, Oxford Univ. Press, 1936, pág. 537, grifado no texto). É por esta razão que ARISTÓTELES se aplica longamente no liv. VI a demonstrar a *continuidade* do movimento (o movimento não pode ser ocupação sucessiva de pontos ou acumulação sucessiva de estados) e é nesta base que êle refuta definitivamente ZENÃO DE ELEIA (VI,9). Refutação que CAIO PRADO JUNIOR denomina "grosseira escamoteação" porque decidida-

LIVROS E REVISTAS

mente não a compreendeu (página 19).

Outra simplificação arbitrária é a que se refere à noção de *ser* na Metafísica clássica. O *ser* é apresentado como "o elemento estável e fixo dos fatos da Natureza, e cuja *essência* (o que faz com que o Ser seja o que é) se mantém através de todas as transformações que o Ser possa sofrer e de que resultam o aparente fluxo e variedade da Natureza" (pág. 14, grifado no texto). Ora, tal concepção valerá para certos sistemas pré-socráticos e em especial para o atomismo democritico. Mas é justamente contra ela que ARISTÓTELES (e a Metafísica clássica) desenvolvem a doutrina da "analogia do ser" (ver *Met.* III, c.c. 1 e 2) e a teoria "hilemórfica" tem como fim expresso refutá-la na sua aplicação ao mundo material, como haviam tentado fazê-lo os Eleatas e Atomistas (ver *Fis.* Liv. I e II).

Noutro campo, não é mais feliz CAIO PRADO JUNIOR quando apresenta a Física moderna como "procurando e realizando efetivamente a redução da qualidade à simples quantidade" (pág. 239). Como se a Física moderna não tivesse encontrado o caminho do seu progresso precisamente na reação contra o mecanicismo cartesiano, de que o conflito entre cartesianos e newtonianos no princípio do século XVIII foi o episódio central! (ver R. DUGAS, *La Mécanique au XVIIème siècle*, Griffon, Neufchâtel, 1954, págs. 556 segs.). A afirmação simplista que faz da "quantidade" o objeto da ciência física esquece-se de que a Física faz realmente *medidas de fenôme-*

nos qualitativos (é o fim da experimentação) e estabelece *correlações funcionais* entre estas medidas (é o objetivo da formulação das leis). Por isso mesmo ela é obrigada a elaborar seu capítulo preliminar que é a Análise Dimensional e a manter o princípio de homogeneidade das grandezas equacionadas. Qualquer físico sabe disso e não é preciso evocar HEGEL nem ENGELS. Nem mesmo é prudente, pois é sabido por que caminhos pseudo-científicos enveredaram nossos dois dialéticos, fascinados pela oposição qualitativa abstrata e esquecidos da experimentação e da medida concreta. As estereis especulações da *Naturphilosophie* de HEGEL são bem conhecidas, e quanto à *Dialektik der Natur* de ENGELS cremos que nenhum físico ou químico de verdade, mesmo na URSS, tomará a sério suas grosseiras confusões em matéria científica. (Sobre as relações entre "método científico" e "método dialético" ver o interessante capítulo de J. MONNEROT, *Sociologie du Communisme*, Gallimard, Paris, 1949, págs. 209-222.)

Se julgamos dever assinalar a ambigüidade fundamental que se descobre no pensamento de CAIO PRADO JUNIOR, oscilando entre os extremos inconciliáveis do materialismo e da dialética, e se procuramos mostrar algumas das simplificações arbitrárias que lhe são impostas por um esquema rígido e apriorístico da evolução do pensamento, é com prazer que nos apresamos a reconhecer a honestidade e seriedade da sua obra. A leitura de muitas das suas páginas foi para nós sumamente útil e interessante. E mesmo queremos acre-

ditar que os termos em conflito da problemática interna do seu pensamento são o indicio de uma reflexão viva e em caminho. — H.L.V.

GEORGES FRIEDMANN. *Problèmes d'Amérique Latine*. Ed. Gallimard. Paris, 1959. 71 págs. do texto. Apêndice estatístico e 16 fotos.

Está de parabens o autor, famoso "sociólogo industrial" francês e Presidente da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. Empreendeu, com efeito, a louvável, mas acentuadamente arriscada, tentativa de resumir, em 71 páginas de pequeno formato, o turbulento e complexo panorama econômico, social e político desta região, em 1959, sem contentar-se com fáceis generalidades e perigosos lugares comuns. E, de modo geral, salvo algumas inevitáveis lacunas e inexatidões, conseguiu levar a efeito essa difícil síntese com resultados surpreendentemente lisonjeiros.

O Professor FRIEDMANN, procurando distribuir equitativamente as luzes e as sombras, não pôde deixar de destacar, de início, a bastante generalizada crise econômica que afeta as 20 Repúblicas da América ibero-latina, excetuado o México: único oasis neste "deserto". Quer-nos parecer que no seu diagnóstico não terá, talvez, emprestado suficiente atenção à patologia inflacionária. Muito pelo contrário, aliás, ressaltando a situação sob esse ângulo diferente do "extraordinário fenômeno brasileiro", atribui, como se nos afigura, importância um tanto excessiva a algumas distorções nos processos de industrialização, que se supõe,

com frequência, precipitada, unilateral, demasiadamente ampla e carecedora de suficientes bases. Não tenta sequer, como seria lógico, responder à pergunta sobre qual seria atualmente a situação conjuntural dessa região, sem ritmo satisfatório de progresso manufatureiro, isto é, com economia exclusivamente agropecuária, nem balancear criteriosamente as vantagens e desvantagens das novas indústrias latino-americanas e apontar as reais causas de seu subdesenvolvimento — ou "superdesenvolvimento".

Como não poderia deixar de ser, o autor teve que focalizar os problemas de tremenda mobilidade populacional, intimamente correlacionada com a evolução nesse sentido ("urbanização" e "êxodo rural", afinal de contas, verso e reverso da mesma medalha), que, segundo a opinião acertada do professor FRIEDMANN, assume no Brasil vulto extraordinário, sem paralelos alhures.

Não nos parece, porém, convincente a opinião acentuadamente pessimista do sociólogo francês a respeito dos efeitos desses deslocamentos maciços da população, sobretudo à luz: a) dos debates, sobre essa relevante matéria, verificados no Seminário dedicado ao assunto, e realizado em Santiago do Chile em julho de 1959,¹ b) das interessantes revelações da Pesquisa sobre a Construção Civil, ultimamente levada a efeito no Rio

¹ Seminário sobre Problemas de Urbanização na América Latina, patrocinado por várias organizações internacionais.

de Janeiro, e c) das conclusões da monografia do autor desta nota.²

Com efeito, nem na maior indústria absorvedora da mão-de-obra migratória nordestina, a da construção civil, nem nos setores da indústria manufatureira, se notam, em maior escala, fenômenos de "traumatismo psicológico" correlacionados com dificuldades insuperáveis de adaptação dos nordestinos ao trabalho industrial. Não aparecem, tampouco, com maior frequência, casos de patologia social, que, supostamente, acompanhariam a difícil integração na economia urbana dos imigrantes rurais: absenteísmo, rotatividade de empregos, desajustes no exercício do trabalho, baixa produtividade, etc.

Apesar dos manifestos prejuízos, preponderantemente imediatos, do intercâmbio demográfico para as zonas *de quibus* e *ad quas*, assim como para os próprios migrantes, não se pode negar que, a longo prazo, contribuem poderosamente para o progresso social.

Esses movimentos, inseparavelmente associados à maior estratificação e ascensão, não somente social como também cultural, significam, em última análise, a crescente emancipação dos numerosos grupos de população rural, assim como a ampliação, economicamente relevante, do mercado nacional de consumo.

Os aludidos efeitos benéficos da migração nacional, que poderiam consideravelmente aumentar, em

² *Principais Problemas de Migração Nordeste*, ESTANISLAU FISCHLOWITZ. Ministério da Educação e Cultura. Série "Vida Brasileira".

função das providências construtivas da mais ativa política migratória, efeitos esses um tanto imensuráveis, imponderáveis e ocultos, não deveriam escapar à atenção inteligente do ilustre observador, dotado de tantos recursos técnico-científicos de interpretação da vida econômico-social desta vasta região.

De modo geral, não podemos deixar de pensar que o Professor FRIEDMANN, sob a compreensível impressão do ciclo conjuntural adverso, e sem conhecimento prévio desta parte do Hemisfério Ocidental, pinte sua situação atual e as perspectivas futuras de sua evolução com cores excessivamente negras.

É um Continente magistralmente organizado como comunidade regional, sem guerras e maiores atritos internacionais, tão comuns em outras partes do mundo. As suas relativamente harmoniosas relações inter-raciais excluem outras e importantes fontes virtuais de conflitos.

A despeito das notórias deficiências da política social pública e da organização sindicalista e da incontestável crise, também moral, das classes "superiores" e "elitárias" da sociedade, a solução da questão social acusa aqui inegáveis progressos, manifestando-se o crescente amadurecimento da nova classe operária, cônica, cada vez mais, de seus deveres e direitos. A "luta de classes" fica, nessa região, surpreendentemente amenizada e reduzida a limites que não podem inspirar preocupação alguma quanto às explosões sociais de maior gravidade.

Enfim, esse Continente que muitos supõem de permanentes e ininterruptas revoluções, de famigeradas "juntas" e "pronunciamentos", manifesta, no último quinquênio, salvo na área caraibana, impressionante consolidação constitucional. Não temos mais, como havia ainda há uns cinco anos, dez, mas apenas duas ou, a rigor, três ditaduras, e isto em alguns países pequenos, de menor importância política e econômica.

Vários países enfrentam ainda, decerto, no caminho de transição entre o regime autoritário e democrático, problemas angustiantes que, todavia, não nos parecem de modo algum insolúveis.

Quanto à futura posição internacional dessa região, a que o autor não recusa a expressão de sua "grande amizade e grande esperança", não podemos, francamente, compartilhar das suas preocupações ("Unidade ou Caos"?) que, aliás, cautelosamente, atribui à opinião de um seu "amigo universitário". Não é sem razão que costumamos definir as principais doenças desta região como crises de crescimento. A sua unidade econômica não é mais um programa abstrato e meramente teórico. Continuam, na realidade, reduzidos os riscos de extensão à América Latina dos principais focos de conflitos de alcance mundial. Na cooperação institucional entre as duas Américas, delimitadas pelo Rio Grande, delinham-se, ultimamente, perspectivas bem animadoras de novas fórmulas, mais construtivas e eficientes.

Não nos parece, enfim, legítimo atribuir papel excessivamente malféfico ao neonacionalismo latino-americano, inesperadamente recrudescido no período de após-guerra, cuja análise integral o autor não conseguiu, evidentemente, sequer aflorar, o que necessitaria, decerto, um estudo de maior profundidade.

Assim, a despeito das aparências extremamente alarmantes dessa região, ainda sempre em plena ebulição vulcânica, sem dúvida, no momento, em plena crise conjuntural, com balanços deficitários de comércio e de pagamentos, com inflação caótica e galopante, até com certa piora da situação no mercado de trabalho (desemprego e subemprego), agravada pelas fortes pressões demográficas, a situação, em 1959, dessa parte mais adiantada entre as áreas subdesenvolvidas do mundo, não parece, comparada com seu recente passado, justificar prognósticos demasiado sombrios.

Em suma: se em tais ou quais detalhes não concordamos, sobretudo em seus aspectos valorativos, com a exposição do perfil da nossa região que encontramos nesse livrinho, redigido com talento extraordinário; se, por exemplo, quanto à suposta suspensão da imigração ao Brasil, salvo a portuguesa, algumas inexatidões se infiltraram, por acaso, no seu texto — isso tudo não afeta de modo algum o elevado valor da análise dos problemas básicos, ilustrada por vários dados estatísticos e pelo excelente material fotográfico. — *Estanislau Fischlowitz.*

LUÍS VIANA FILHO. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Coleção "Documentos Brasileiros". Livraria José Olímpio Editôra. Rio de Janeiro, 1959. 458 págs.

Não é fácil, hoje em dia, escrever a biografia de RIO BRANCO; sua figura, projetada sobre grande parte de nossa história, tem sido objeto de vários estudos e interpretações. Sua obra, a de historiador ou a de diplomata, dirimindo questões de fronteiras, é tema de discursos e ensaios. Livros biográficos lhe têm sido dedicados. De modo que se torna sempre uma aventura alguém meter-se ao empreendimento de uma biografia do Barão.

Empreendeu-a o Sr. LUÍS VIANA FILHO, historiador, escritor, pesquisador de raro mérito. Com a responsabilidade de já haver escrito duas biografias, também não menos difíceis, embora sempre muito bem — a de RUI BARBOSA e a de JOAQUIM NABUCO —, é claro que aumentava o encargo que se atribuiu. Contudo, hoje, lendo *A Vida do Barão do Rio Branco*, podemos dizer que se saiu galhardamente. Estamos diante de uma obra marcante; um livro não apenas de importância histórica, mas ainda de agradável leitura, em que a figura do Barão se projeta desde suas origens, as obscuras e modestas origens num imigrado PARANHOS, chegado de Portugal às terras baianas; e ascendendo sempre, não raro por entre dificuldades sem conta — e as narra o biógrafo — porém, num passo firme de conquistador, tal como nos descreve o autor.

Outra coisa, evidentemente, não seria de esperar do Sr. LUÍS VIANA FILHO. Adquiriu êle como o que o dom de reconstituir vidas. Vidas brilhantes, fecundas, de facetas variadas, tais como as de RUI ou de NABUCO, tiveram em suas mãos um tratamento hábil e brilhante, graças à inteligência e ao faro de pesquisador do ilustre baiano. Não lhe faltou a habilidade de encontrar os documentos essenciais para fixar a vida de seus biografados, em seus momentos ou fatos culminantes. O que igualmente sucede agora com a biografia do segundo RIO BRANCO.

Escrevendo a vida de RIO BRANCO, o autor se alongou a uma adequada reconstituição da segunda metade do século XIX, bem assim de grande parte da vida do primeiro RIO BRANCO, sobretudo nos pontos de contato entre esta e a do Barão. Tão identificada foi a existência do Barão com a do Visconde — e, aliás, o reconhece e acentua o próprio autor (pág. XII) — que não seria possível escrever aquela sem o esboço desta. O que realmente fez o historiador LUÍS VIANA FILHO. Ao escrever a história do Barão não lhe poderia esquecer o pai; parte do livro, focalizando, de maneira sumária, mas firme, a figura do Visconde, mostra como esta se projetou no filho. E mais do que isto: o cenário em que viveu o primeiro RIO BRANCO, em sua trajetória política, é evocado, através de suas linhas básicas e mais expressivas, como o ambiente em que se formou a personalidade do segundo RIO BRANCO.

É claro que, de igual modo, outras personalidades, tanto do sé-

culo XIX como dos começos do XX, surgem nas páginas desta obra, associadas à figura central. É que esta não viveu isolada, mas se completou com as outras figuras que, no mesmo tempo, viveram o mesmo ambiente, participando dos mesmos acontecimentos e movimentando-se no mesmo cenário. Daí o surgimento de episódios, de cenas, de figuras, de fatos da história nacional dentro do período em que decorre o livro: o da vida de RIO BRANCO.

Através do livro do Sr. LUÍS VIANA FILHO a figura do Barão nos ressurgiu com "muitas das virtudes e defeitos que lhes compunham a surpreendente personalidade" (pág. 121), para usar as próprias palavras do autor, ao se referir ao personagem, em determinado episódio. Aí está o grande mérito, o valor autêntico, de uma biografia: o reconhecimento da figura inteira do biografado, com todas as suas deficiências e suas grandezas, portanto com toda a sua característica humana. E para tanto o autor se serviu de excelente documentário.

De fato, utilizou o historiador LUÍS VIANA FILHO uma soma considerável de fontes documentais, em grande parte inéditas, sem prejuízo da bibliografia consultada. Parece-nos, todavia, que foi aquêle acervo de documentos, existentes em arquivos públicos e particulares, o verdadeiro lastro de que se serviu o autor; e que deu, à sua obra, a possibilidade de tornar-se um retrato bastante fiel, em particularidades às vezes pouco conhecidas, do biografado. Onde a riqueza de informações e de observações, não raro em minu-

dências ou em pequenos aspectos retirados de cartas na maioria pouco ou nada conhecidas ainda.

Repita-se: tratando um tema já abundantemente utilizado — a vida do Barão do RIO BRANCO — o Sr. LUÍS VIANA FILHO nos deu um livro realmente magnífico. Não é esse, porventura, o seu único mérito; mas não se pode ignorá-lo. O mérito verdadeiro está, sem dúvida, na maneira como soube manusear a documentação básica de que se serviu; em consequência, tornou-se possível escrever, com sua linguagem clara, precisa, natural, em que a apologética não perturba o senso do historiador, uma obra que as letras históricas recebem com o melhor aplauso.

A Vida do Barão do Rio Branco integra-se na galeria bibliográfica de nossa história. Com ela o Sr. LUÍS VIANA FILHO completou a tarefa de reconstituir, através de três figuras, uma fase da história nacional: a que vai dos meados do século XIX, e mesmo um pouco antes, até os primeiros vinte anos do século atual. Fase em que se movimentam três gigantes, e por isso mesmo capaz de traduzir-se pelo que fizeram, pelos postos que ocuparam, pela projeção intelectual que tiveram: RUI, NABUCO e RIO BRANCO. — Manuel Diéguez Júnior.

MANUEL ALFREDO DE MORAIS MARTINS. *Contacto de Culturas no Congo Português*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1958. 166 págs.

Um tema sem dúvida sugestivo esse do contato das culturas por-

tuguêsa e africana nas próprias terras da África. Todo o processo de ocupação portuguesa no Continente chamado negro, como, aliás, também na Ásia ou na América, foi êsse contato de culturas: grupos em diferentes estágios culturais entraram em relações, e o resultado foi o surgimento de novos elementos, a assimilação de valores, as modificações que, por imposição ou por imitação, as populações africanas sofreram em seus padrões.

No que toca ao Congo, em particular, é êsse processo que o Sr. MANUEL ALFREDO DE MORAIS MARTINS estuda em volume divulgado na série "Estudos de Ciências Políticas e Sociais", na qual, aliás, se vêm divulgando ensaios e obras realmente magníficas. Do valor dessa que aqui estamos apreciando, diz melhor o próprio tema estudado. Acredito mesmo que obras como essa — ou seja, estudos de processo de relações de cultura entre portugueses e grupos específicos da África ou da Ásia — são raros na bibliografia lusitana; e é de crer que somente agora se venham desenvolvendo, graças à atuação da Junta de Investigações do Ultramar, através de seus órgãos especializados de pesquisas e estudos antropológicos e sociológicos nas zonas portuguesas de além-mar.

No campo da história da ocupação portuguesa, ou no do conhecimento geográfico ou território, as obras não são poucas; o contrário, porém, sucede no terreno sociológico e antropológico. Daí o interesse de uma coleção como a referida — e a que pertence o estudo

do Sr. MORAIS MARTINS — ou, em particular, uma pesquisa como a que fez o autor. É o que nos oferecem as páginas dêste livro: o conhecimento de como se processou o contato da cultura portuguesa com a da população do Congo. Contato em que não raro a imposição dos valores europeus não deu os resultados desejados; e em que, noutros casos, os elementos europeus foram facilmente aceitos, pela imitação ou pela simples adaptação.

Depois de rápida introdução sobre a evolução do contato, o autor dedica o primeiro capítulo a situar as características da sociedade conguesa antes do estabelecimento do contato, estudando as instituições econômicas, sociais e religiosas e dando uma caracterização geral da situação cultural do Congo. De modo geral, pode-se verificar que a população conguesa, antes do contato com a portuguesa, possuía uma agricultura que produzia excedentes permutáveis, embora não fôsse evoluída; havia divisão sexual do trabalho e especializações individuais de atividades — ferreiros, tecelões, oleiros, etc. — e especializações regionais — tecelagem, extração de ferro, criatório, etc.; observava-se o domínio de concepções religiosas, ligadas principalmente ao culto dos antepassados, verdadeiros donos do solo, do que resultava não haver apropriação individual do solo, que tinha um caráter quase sagrado.

O segundo capítulo é dedicado às conseqüências do contato; o autor as estuda nas instituições econômicas, nas sociais e nas religiosas, e a influência do português na língua quicongo. O Sr. MORAIS

MARTINS examina, com base em farta documentação, os diferentes aspectos desses resultados. E um ponto há que merece registro: o que se refere à introdução, pelo português, de produtos americanos — e, no caso, levados do Brasil — e aceitos em perfeita adaptação pela população conguesa. Além de plantas levadas da metrópole e das ilhas adjacentes, outros vegetais foram levados da América Portuguesa: a mandioca, o milho, o feijão, a batata doce, o ananás, o caju, o mamão, a goiaba.

Quanto à mandioca, observa o autor: “No Congo, de tôdas as plantas por nós levadas foi, sem dúvida, a mandioca aquela que a cultura local com mais facilidade aceitou e mais rapidamente difundiu, por se adaptar perfeitamente às condições ecológicas”, etc. (página 84). Essa introdução no Congo se deve ter verificado em fins do século XVI ou começos de XVII. Deram-lhe os congueses entusiástico acolhimento e rápida propagação; a mandioca tornou-se o centro de toda a atividade agrícola, cultivando-a como a faziam os portugueses, introduzindo-a na alimentação, com as técnicas de preparação que adaptaram dos introdutores.

À aceitação de produtos como a mandioca, de modificações na alimentação, de adaptação de técnicas agrícolas ou de alguns meios de transporte — e, nesse particular, se saliente que a rêde do Brasil foi introduzida, substituindo os cavalos de pau e as primitivas tipóias — correspondeu, contudo, no contato luso-congues, a não

aceitação de outros elementos culturais; na habitação, nas indústrias, na religião, a aceitação não foi fácil, prejudicada às vêzes pela imposição, só aparentemente se mostrando os congueses integrados nos novos valores. O que não era uma realidade. O autor estuda diferentes casos em que a introdução de valores portugueses ou europeus, de modo geral, foi recusada pelos congueses.

Enfim, com esse *Contacto de Culturas no Congo Português*, estamos diante de um estudo interessante e sugestivo. Interessante não apenas pela soma de informações e observações que oferece; sugestivo não só pela riqueza do tema, a provocar idéias e suscitar aspectos curiosos que o problema de relações de cultura desperta. E’ interessante e sugestivo também porque abre caminho para que, a exemplo do Sr. MANUEL ALFREDO MORAIS MARTINS, outros estudiosos examinem os mesmos problemas — os de contato de culturas diferentes — em outras áreas do povoamento ou ocupação portuguesa, tanto na África como na Ásia. E’ possível, aliás, que os haja; não os conhecemos, especificamente, como esse que aqui apreciamos, se não em obras mais gerais em que a aculturação é apenas um tema abordado, e ainda assim de modo geral, sem entrar na minudenciação, como é feito nesse livro. E igualmente com a metodologia adequada que, louvemos também, foi usada pelo autor nesta obra, vol. 11, da série “Estudos de Ciências Políticas e Sociais”. — M. D. J.

MIGUEL ACOSTA SAIGNES. *Elementos indígenas e africanos en la formación de la cultura venezolana*. Universidad Central de Venezuela. Caracas (s/d).

O desenvolvimento que os estudos de Antropologia, de Folclore, de Sociologia, enfim das diferentes disciplinas sociais, têm tido na Venezuela, encontra no nome do Professor MIGUEL ACOSTA SAIGNES uma de suas figuras mais expressivas. Diversos campos da cultura venezuelana têm sido investigados e interpretados por esse autor, com a autoridade de antropólogo e cientista social que todos lhe reconhecem. Com este estudo, *Elementos indígenas e africanos en la formación de la cultura venezolana*, apresenta o Professor ACOSTA SAIGNES uma síntese analítica de informações acêrca da formação cultural de seu país, a Venezuela, encarada em relação particularmente aos grupos indígenas e africanos que dela participaram.

O autor procura fixar o que foi a contribuição indígena e africana, verificada juntamente com a de outras correntes, que também participaram da formação da Venezuela. Empregando o método histórico, desenvolve o Professor SAIGNES, em seu estudo, o conceito de que cada cultura atual — e, no caso, se inclui a Venezuela — é o produto de várias transculturações, através de processos dinâmicos internos ou de empréstimos vindos de fora. Restringindo-se a examinar alguns aspectos dessa cultura atual de seu país, isto é, aqueles de que indígenas e africanos participaram, o Professor ACOSTA SAIGNES fixa as principais

facetas das relações culturais verificadas.

Diversos são os aspectos em que o índio e o africano influíram na formação cultural da Venezuela: toponímia, alimentação, usos diversos de vegetais e animais, casa, farmacopéia, técnicas agrícolas, crenças. SAIGNES acentua, por exemplo, o papel da negra como parteira e mucama, a participação do negro na produção agrícola, as influências psicológicas que exerceu, sua presença na linguagem, no preparo dos doces, no uso da boneca de pano pelas meninas venezuelanas. Através da análise, embora sumária, desses e de outros elementos culturais, ainda hoje persistentes na cultura de seu país, o autor salienta a importante contribuição de indígenas e africanos para o quadro cultural da Venezuela atual.

Observa o Professor SAIGNES que toda cultura resulta desse intercâmbio de elementos culturais, e no caso da Venezuela o espanhol, o índio e o negro — o negro africano, de modo geral, e não particularmente o negro escravo — representam a base de sua formação. Sobre os elementos por eles elaborados, constituindo os tipos de uma cultura que se poderia chamar mestiça, ergueu-se o que denomina de "área cultural de Venezuela". A estabilidade daqueles elementos tem tornado possível o recebimento de outros valores culturais, como sucedeu com os de origem francesa, nas últimas décadas do século passado, e como sucede com os americanos, no presente.

Acredita, porém, o Professor SAIGNES que tais elementos se di-

luem na base cultural formada, ora enriquecendo-a de novos valores, sem prejuízo dos tradicionais, ora amalgamando-se com os já existentes; e por isto opina, ao findar seu estudo, que o prestígio da cultura americana, em nossos dias, passará, como passou o da cultura francesa, no passado. Isto, porém, não impede que deixem alguns traços ou algumas marcas sobre o *abstractum* histórico fundamental. Pois, conclui acertadamente, cada nação cresce somando todo o aproveitável das culturas concorrentes.

Um ponto, antes referido, salientado pelo Professor ACOSTA SAIGNES é de que a influência africana na Venezuela foi do negro, e não do escravo. O que, ao contrário, tem sido salientado no Brasil, desde JOAQUIM NABUÇO, no

século XIX: a influência verificada no Brasil foi a do escravo e da escravidão, e não do negro como tal. Esse ponto é o que igualmente tem sido salientado por GILBERTO FREYRE e ARTHUR RAMOS, entre os nossos estudiosos mais modernos. De fato, o que se observa é que a condição de escravo do negro africano influiu na formação da cultura brasileira. Como escravo teve o negro sua cultura perturbada, por vezes deturpada, e, em consequência, não pôde influir tão amplamente como seria de esperar. A condição de escravo foi que se fez sentir em sua influência na vida social, econômica, de família brasileira. Ao contrário, portanto, do que observou o Professor ACOSTA SAIGNES, quanto à Venezuela: aí a influência foi do negro, e não do escravo. — M. D. J.

2. RESENHA

MARGARET WILSON VINE. *An Introduction to Sociological Theory*. Keuka College; Longmans, Green and Co. Nova York, Londres, Toronto, 1959. 350 págs.

O título do livro pode induzir em equívoco o leitor latino. Não se trata de uma introdução à teoria sociológica, tal como entendemos nós o termo. Teoria sociológica para nós é uma elaboração abstrata que reassume os fatos sociológicos, num plano mais elevado de generalização, para oferecer uma visão da realidade social total, na qual os diversos fenômenos coerentemente estruturados recebam uma explicação cabal.

Na realidade, o livro de MARGARET VINE, não introduz à teoria,

mas às teorias sociológicas, e, mais exatamente, à evolução do pensamento sociológico. Um primeiro capítulo liquida o assunto até o século XIX, e capítulos sucessivos analisam as contribuições de COMTE, SPENCER, LESTER WARD, W. G. SUMNER, TARDE, DURKHEIM, C. H. COOLEY, E. ROSS, WEBLEN, M. WEBER, W. I. THOMAS, PARETO, SOROKIN e TOYNBEE. O último capítulo é dedicado exclusivamente a uma interpretação da sociologia americana.

Trata-se de um livro de texto metódico, claro como os livros de texto americanos, remetendo às fontes diretas. Mas, é lastimável a distorsão da perspectiva histórica introduzida pelo *bias* americano.

A autora parece simplesmente desconhecer sociólogos como F. LE PLAY e G. GURVITCH, para não citar outros, que foram dos poucos a tentar modernamente o que se pode chamar de uma teoria sociológica. O relêvo dado a autores anglo-saxônicos surpreende ao leitor habituado com a literatura sociológica universal.

Entretanto, a deformação mais impressionante da perspectiva histórica concerne ao tratamento dado pelo autor ao pensamento social cristão. Quem lê o livro, verifica que, para a autora, êste pensamento encontrou sua expressão mais brilhante em SANTO AGOSTINHO, e mais sistemática em SANTO TOMÁS DE AQUINO. Resume-se numa atitude de suspeita contra o progresso, e numa tentativa de subordinação do poder temporal à Igreja, tentativa que DANTE timidamente se esforça por frustrar.

Tôda a imensa influência do pensamento social cristão na formação da cultura ocidental e da sua ação como fermento no seio desta mesma cultura é desconhecida literalmente pela autora. Para ela, o cristianismo como pensamento e fenômeno sociológico, está arquivado desde SANTO TOMÁS DE AQUINO. Há certas correntes de fundo, de enorme importância histórica, que escapam à análise de textos empenhados em cultivar a clareza didática. A clareza no presente livro chega ao simplismo e à deformação.

JULIO FRAGATA S. J. *A Fenomenologia de Husserl como fundamento da Filosofia*. Livraria Cruz, Braga, 1959. 286 págs.

A crescente importância da Fenomenologia de E. HUSSERL não

pode ser desconhecida para quem quer que se ocupe com as correntes atuais do pensamento filosófico. Antes de construir uma doutrina, HUSSERL criou um método, precisamente o método fenomenológico, que vem encontrando aplicações cada vez mais extensas mesmo fora do âmbito estrito da reflexão filosófica. No que tange à Sociologia, basta lembrar a obra de G. GURVITCH na França, e entre nós a utilização (aliás discutível) que GUERREIRO RAMOS tentou recentemente da noção husserliana de "redução".

Entretanto, o método fenomenológico só pode ser compreendido exatamente a partir das suas origens na problemática filosófica de HUSSERL. Só inserido na consciente intenção husserliana de fazer da Filosofia uma ciência rigorosa, o método fenomenológico pode revelar sua significação autêntica e seu possível alcance.

Não possuíamos ainda na reduzida literatura filosófica de língua portuguesa um estudo sobre as origens propriamente filosóficas da Fenomenologia e sobre a evolução do pensamento de HUSSERL no sentido de fazer da Fenomenologia o fundamento da Filosofia concebida como ciência rigorosa. No seu livro, o Padre JULIO FRAGATA nos dá não só um tal estudo, mas ainda um juízo crítico equilibrado e sólidamente motivado sobre a tentativa de HUSSERL.

Estamos diante de uma tese no melhor sentido europeu do termo. Investigação completa das fontes (mesmo dos inéditos do Arquivo Husserl de Lovaina), consulta quase exaustiva da bibliografia existente, método rigoroso de elabora-

ção, tom objetivo. Estas qualidades são imediatamente visíveis no trabalho do Padre FRAGATA, que foi apresentado como tese doutoral na Faculdade de Filosofia da Universidade Gregoriana de Roma.

O autor detem-se longamente no exame do idealismo transcendental em que veio a exprimir-se finalmente o pensamento filosófico de HUSSERL. Este exame (cap. VI) constitui a parte central do livro. Ele é precedido por um estudo sobre a "constituição transcendental" (cap. V). Estas páginas nos dão uma das análises mais claras e precisas que temos lido sobre o assunto. A clareza é, aliás, uma das qualidades salientes de JULIO FRAGATA. Para quem teve de suportar alguma vez o pesado e obscuro linguajar de HUSSERL mesmo e dos seus comentadores e discípulos, o límpido estilo de FRAGATA traz a sensação de um ar novo na literatura fenomenológica. A conclusão (cap. VIII) contém, como já dissemos, uma apreciação crítica geral que não deixa de acentuar os méritos de HUSSERL, mas recusa decididamente o idealismo transcendental. É uma conclusão plenamente justificada.

O livro de JULIO FRAGATA dá-nos, em suma, uma excelente iniciação aos temas centrais do pensamento de HUSSERL e os elementos para um juízo crítico objetivo. Só nos resta recomendá-lo calorosamente aos leitores interessados. — H. L. V.

HENRI CHAMBRE. *Le pouvoir soviétique. Introduction à l'étude de ses institutions*. Coleção "Comment ils sont gouvernés", dirigida

por G. BURDEAU. *Librerie Générale de Droit et de Jurisprudence*. Paris, 1959. 168 págs.

O autor começa por se referir ao papel e à estrutura do Partido Comunista na URSS: tudo se apóia no Estado, o Estado se apóia no partido, o partido se apóia no chefe, o chefe se apóia na mística.

Nos quatro capítulos seguintes, resume e analisa a Constituição Soviética de 1936. Sob a identidade de termos, aparece a profunda divergência entre o que se chamou pleonásticamente de democracia popular e a democracia ocidental. Sob a ironia da expressão "democracia popular", a URSS esconde sua natureza de Estado essencialmente totalitário, exatamente como a Alemanha Nazista e a Itália Fascista.

Numa conclusão bem oportuna, mostra as limitações da atividade pessoal no plano político e ideológico dominado totalmente pelo valor econômico.

Num momento em que, no Brasil, a iniciativa privada corre o risco de estrangulamento, o livro de HENRI CHAMBRE alertará a todos para o que ninguém tem mais o direito de ignorar: o equívoco essencial da democracia comunista.

MANUEL PERNAUT ARDANAZ S. J. *Teoria Económica*. 2 vols. Companhia Bibliográfica Española S. A. Madrid, 1958.

Trata-se de um livro de texto de teoria econômica. O trabalho chama atenção pela nitidez e clareza da exposição. O autor, doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Lovaina, foi aluno de LÉON DUPRIEZ, que lhe incutiu a

paixão pela análise de conjuntura. O capítulo, dedicado ao estudo do ciclo, sua diagnose, sua interpretação e a política anticíclica, é particularmente útil. Ensinando já há vários anos na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Caracas, o autor pôde consagrar uma atenção especial aos problemas da América Latina.

Por todos êstes títulos, o livro de PERNAUT ARDANAZ merece ser conhecido em nossos meios universitários, e poderá oferecer preciosa ajuda a professores e alunos de teoria econômica.

L'enseignement, problème social, 45.^a Semana Social da França, Versailles, 1958. 420 págs.

As Semanas Sociais constituem sempre um acontecimento na vida católica da França, e, pela força de irradiação do pensamento francês, são um acontecimento para a intelectualidade católica de todo o mundo. Os organizadores sabem escolher, para cada Semana anual, temas da maior atualidade, e, dado o prestígio das Semanas, obtêm, para conferencistas, os maiores expoentes do pensamento francês.

O primeiro número de SÍNTESE POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL ofereceu a seus leitores uma longa resenha sobre a semana de 1957, consagrada ao tema "La famille d'aujourd'hui. Situation et avenir" (n.º 1, janeiro-março de 1959, págs. 92-97). Agora, acaba de aparecer a publicação *in extenso* da Semana de 1958. É fácil de ver a atualidade do tema, não só para a França, mas, de modo especial, para o Brasil, onde o problema da liberdade de ensino vem assumindo caráter político.

Os dados estatísticos fornecidos pelas contribuições de DAINVILLE, FOURASTIÉ e HARMEL são bastante persuasivos para abalar a fé dos preconizadores irrestritos do ensino oficial. A conferência de JEAN RIVERO "Valeur sociale de la liberté en matière d'enseignement" é de interesse decisivo no assunto.

OTTO KLINEBERG. *Psicologia Social*. Editôra Fundo de Cultura. 2 vols. Rio de Janeiro, 1959. 667 págs.

O trabalho reveste-se de grande interesse para os estudantes do assunto. Conforme o autor confessa, e se pode verificar mesmo de um exame perfunctório da obra, trata-se de minuciosa pesquisa bibliográfica, que deu ao livro uma forma didática, tornando-o excelente subsídio, não só no campo da sociologia como também no da psicologia.

O pensamento do autor, entretanto, se desenvolve numa perspectiva estreita etno-social cultural, onde predomina o aspecto da plasmação individual pela cultura sobre o aspecto da interação sócio-psicológica.

Mas, não há dúvida que a obra torne ao estudante do assunto um bom material, que propicia a apreciação de um quadro antropológico-cultural em côres vivas, na linha da psicologia científica norte-americana.

O professor da Universidade de Colúmbia, ao escrever o manual em aprêço colocou-se em posição rigorosamente experimental, apresentando ao leitor trabalho de vasta informação.

A tradução brasileira, deficiente em alguns pontos, foi feita sobre a edição revista do original: *Social Psychology*; Henry Hold & Comp., New York, 1954, 578 páginas. — José Assis de Aragão.

EUGÊNIO GUDIN. *Inflação. Importação e exportação, Café, Crédito, Desenvolvimento e Industrialização*. Coleção "Temas Atuais". Editora AGIR. Rio de Janeiro, 1959. 262 págs.

Pequeno grande livro, que apresenta, com ótima seqüência lógica, uma política econômica a seguir-se. A problemática de nossa política é perfeitamente delineada, com rea-

lismo e objetividade, com a clareza e sinceridade que têm caracterizado o autor.

Qualquer estudante de ciências sociais e econômicas encontrará neste livro excelentes ensinamentos para a compreensão de nossa situação atual.

O autor procura demonstrar a grande defasagem existente entre a agricultura e o processo de industrialização deflagrado no Brasil. Consideramos ponto alto do trabalho a idéia de criar-se uma mentalidade favorável ao programa de cada vez se exportar mais, em vez de somente adotar-se a política de anti-importação. Os exemplos são atuais e atuantes. — J. A. A.

3. OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Economia

1. HANS BREMS. *Output, Employment, Capital and Growth a Quantitative Analysis*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 349 págs.

2. JOHN M. LETICHE. *Balance of Payments and Economic Growth*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 378 págs.

3. ROBERT LEKACHMAN. *A History of Economic Ideas*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 427 págs.

4. ANNIBAL VILLELA. *Renda Nacional e Contabilidade Social*. Publicações da Universidade da Bahia, IX-3. Bahia, 1959. 96 págs.

Antropologia

1. RAYMOND A. DART. *Adventures With the Missing Link*.

Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 255 págs.

2. PIERRE TEILHARD DE CHARDIN. *The Phenomenon of Man*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 318 págs.

3. RALPH L. BEALS e HARRY HOIJER. *An Introduction to Anthropology*. University of California. The Macmillan Co. 2.^a edição. New York, 1959. 712 págs.

4. JOHN J. HONIGMANN. *The World of the Man*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 971 págs.

Demografia

1. CASTRO BARRETO. *Povoamento e População*. Livraria José Olímpio. 2.^a edição, 2 vols. Rio de Janeiro, 1959. 1.^o vol., 281 págs. 2.^o vol., 598 págs.

LIVROS E REVISTAS

2. ETIENNE GAUTIER e LOUIS HENRY. *La Population de Crulai Paroisse Normande*. Etude historique. Institut National d'Etudes Démographiques. Travaux et Documents. Cahier n.º 33. Presses Universitaires de France, 1958. 269 págs.

3. *Migrations Professionnelles*. Données statistiques sur leur évolution en divers pays de 1900 à 1955. Direção de JEAN FOURASTIÉ. Prefácio de ALFRED SAUVY. Institut National d'Etudes Démographiques. Travaux et Documents, Cahier 31. Presses Universitaires de France, 1957. 339 págs.

Política e História

1. RICHARD M. TITMUS. *Essays on "The Welfare State"*. Yale University Press. New Haven, 1959. 232 págs.

2. LOUIS FISCHER. *The Story of Indonesia*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 341 págs.

3. PETER FLEMING. *The Siege at Peking*. Harper & Brothers, Publishers, New York, 1959. 273 págs.

4. MAX WAYS. *Beyond Survival*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 255 págs.

5. ROBERT STRAUZ-HUPÉ e outros. *Protracted Conflict. A Foreign Policy Research Institute Book*. Harper & Brothers, Pub-

lishers. New York, 1959. 203 págs.

6. VICTOR ALBA. *La America Latina y los Congresos del Partido Comunista Ruso*. Imprenta Vargas. San José, s/d.

Política Social

1. JOSUÉ DE CASTRO. *A Luta Mundial Contra a Fome*. Serviço Gráfico do IBGE. Rio de Janeiro, 1957.

2. JOSUÉ DE CASTRO. *A Operação Nordeste*. Discurso. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1959.

3. JOSUÉ DE CASTRO. *Reformulação do Panamericanismo*. Discurso. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1959.

4. ESTANISLAU FISCHLOWITZ. *Problemas de Mão-de-Obra no Brasil*. Serviço Social da Indústria. Rio de Janeiro, 1959.

Ensaio e Assuntos Vários

1. ALDOUS HUXLEY. *Collected Essays*. Harper & Brothers, Publishers. New York, 1959. 303 págs.

2. TEMÍSTOCLES LINHARES. *Interrogações*. Livraria José Olímpio. Rio de Janeiro, 1959.

3. ORLANDO VALVERDE. *Geografia Econômica e Social do Baciaçu no Meio Norte*. Separata da "Revista Brasileira de Geografia". Serviço Gráfico do IBGE. Rio de Janeiro, 1957.

Nos próximos números de SÍNTESE, serão publicados análises ou resenhas dos livros enviados à redação e mais diretamente relacionados com os assuntos de que trata esta revista.